



**Espaço &  
Geografia**

**LEGADOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-1974): RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE AO AGRONEGÓCIO E PERMANÊNCIA DE FORMAS-CONTEÚDO**

*Araguaia Guerrilla's (1972-1974) influences: peasant resistance to agribusiness and permanence of content-forms*

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

**Vinícius Carluccio de Andrade<sup>1</sup> e Vicente Eudes Lemos Alves<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, Brasil.  
viniciuscandrade4@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5638-9420>

<sup>2</sup> Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, Brasil.  
veudes@unicamp.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9505-185X>

Recebido: 20 de julho de 2023; Aceito: 22 de setembro de 2024; Publicado: 29 de setembro de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562024e50114>

## RESUMO

O combate à Guerrilha do Araguaia, conflito ocorrido no Sul do Pará entre 1972 e 1974, em plena Ditadura Militar (1964-1985), guarda nexos até o presente em localidades diferentes das dos destacamentos A, B e C. Assim sendo, objetiva-se refletir sobre o que representou a Guerrilha do Araguaia e qual o seu legado para o Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense no que concerne à organização e à luta dos trabalhadores rurais. Para isso, além da revisão bibliográfica (que vai de artigos científicos a documentos de época e relatos de ex-guerrilheiros por meio de cartas), houve a realização de trabalho de campo por onde antes passaram os militantes do PCdoB, empregando, então, entrevistas semiestruturadas com lideranças locais e/ou indivíduos que tomaram contato com a repressão dos militares. Para maior aprofundamento, as influências da Guerrilha do Araguaia são trazidas para a atualidade à luz do enfrentamento ao agronegócio na área de divisa Pará-Maranhão-Tocantins e as rugosidades, formas-conteúdo que se mantêm na paisagem como resquícios da repressão e do silêncio pelo medo, são expostas, com destaque para o 50 BIS (50º Batalhão de Infantaria de Selva), exemplo visitado na pesquisa de campo.

**Palavras-Chave:** Guerrilha do Araguaia; conflitos fundiários; luta por reforma agrária; sindicalismo rural; materialidades; 50 BIS.

## ABSTRACT

The fight against the Araguaia Guerrilla, a conflict that took place in the south of Pará between 1972 and 1974, in the midst of the Military Dictatorship (1964-1985), maintains links to the present in locations other than those of the original detachments. Therefore, this study reflects on what the Araguaia Guerrilla represented and what its legacy for Southeast of Pará, West of Maranhão and Bico do Papagaio Tocantinense in what relates to the organization and struggle of rural workers. For this, in addition to the bibliographical review (ranging from scientific articles to historical documents and reports by former partisans through letters), there was fieldwork carried out where PCdoB militants had passed before, using semi-structured interviews with local leaders and/or people who had contact with military repression. Araguaia Guerrilla's influences are brought to present in the light of confrontation with agribusiness on the limits of Pará, Maranhão and Tocantins and the past constructions/buildings (content-forms that remain in the landscape as remnants of repression and silence due to fear) are exhibited, highlighting the 50 BIS (50th Jungle Infantry Battalion), an example visited in field research.

**Keywords:** Araguaia Guerrilla; land conflicts; fight for agrarian reform; rural unionism; materialities; 50 BIS.

## 1. Introdução

Ainda pouco estudada pela Geografia, a Guerrilha do Araguaia é um episódio fundamental para se entender o que foi a Ditadura Militar (1964-1985) e qual foi seu rebatimento espacial. Em conformidade com Campos Filho (2012, 2014) e Maciel (2014), é um erro restringir as influências dessa guerrilha em específico na década de 1970. Este estudo objetiva abordar o que representou a Guerrilha do Araguaia (1972-1974) e qual foi seu legado para a região do Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense, que, como aponta Nóbrega (2020), concentra os maiores índices de assassinatos no campo. Como se trata de uma leitura pela perspectiva da ciência geográfica, cujo objeto de estudo é, para Santos (2021a), o espaço geográfico, não se pode desconsiderar quais são os reflexos da repressão espetacular e espetacularizada no espaço.

Nessa linha, em partes influenciados pela *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* (ULDP, 2002), os camponeses da divisa Pará-Maranhão-Tocantins carregam íntimos nexos com as bandeiras já defendidas pelos guerrilheiros. Pretende-se compreender qual a relação entre a guerrilha - na primeira metade dos anos 1970 - e as posteriores disputas por terra na região, destacando a organização e a luta dos trabalhadores no sindicalismo rural. Pode-se afirmar que o sindicalismo rural do Bico do Papagaio - considerando, nesse momento, um recorte que extrapola a microrregião no extremo norte tocantinense e engloba, como delimita Nóbrega (2020), também partes do Sudeste do Pará e do Oeste do Maranhão - guarda resquícios da movimentação dos “paulistas”, membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ainda na clandestinidade (CAMPOS FILHO, 2014). Isso se materializa de forma mais intensa com o avanço da fronteira agrícola, área que, por excelência, é caracterizada pela violência (LIMA, 2019). Frente ao agronegócio (definido conceitualmente adiante, em seção posterior), não existe passividade por parte dos camponeses, que defendem suas roças e seus modos de vida.

Embora pareça, inicialmente, que não exista uma correlação entre a guerrilha, que foi descoberta em abril de 1972, e a gênese de muitas mobilizações locais, constata-se como é imprescindível compreender o presente a partir de sua

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

construção histórica, isto é, de fatos passados (SANTOS, 2020, 2021b). A dimensão temporal não é descartável. Para Santos (2021b, p. 122-123), “para que o estudo possa alcançar os seus objetivos - isto é, interpretar o presente como resultado de um processo e indicar possíveis linhas de evolução -, um esforço de periodização se impõe”. Deve haver um antes, durante e depois ou ao menos uma periodização sucinta para explicitar as mudanças. Destarte, a despeito do cerne deste trabalho ser o pós-guerrilha, é crucial tangenciar o que foi essa “verdadeira caçada às pessoas que viviam no interior da mata” (GENOINO, 2007, p. 465), que culminou, além dos massacres não punidos de uma redemocratização excludente (TELES; QUINALHA, 2020) e das prisões, em uma atmosfera de medo que permeia a defesa pela reforma agrária no Pará, Maranhão e Tocantins. A partir disso, a leitura espacial referente à Guerrilha do Araguaia e às suas heranças será construída por etapas. Uma espacialização inicial dos municípios em área de manifestos conflitos fundiários é encontrada no produto cartográfico da figura 1, realizado a partir das considerações de Campos Filho (2014).

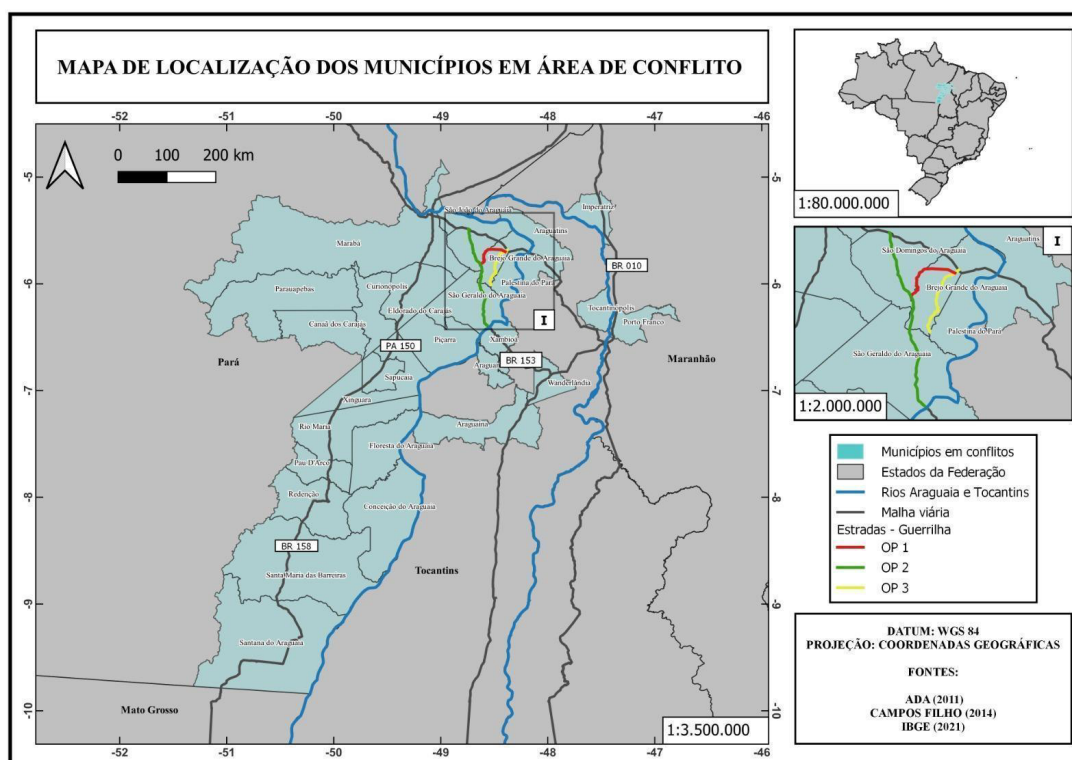


Figura 1. Mapa de localização dos municípios em área de conflito

Elaborado pelos autores.

Primeiramente, é basilar definir o que foi a guerrilha antes de mencionar a repressão por parte do Estado. Seguindo os próprios documentos do PCdoB que orientaram a implantação do movimento às margens do rio Araguaia, apreende-se como havia forte influência do processo revolucionário chinês sob os pilares do maoísmo (ARQUIDIOCESE, 1987). Isso se torna nítido com a citação da direção do Comitê Central do PCdoB: “agora, o Partido formula, de maneira mais completa, sua concepção sobre o caminho da luta armada no Brasil. O estudo das obras de Mao Tsé-Tung sobre a guerra revolucionária serviu de guia na elaboração deste caminho” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1974, p. 156). No texto *Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil*, são encontradas as diretrizes para a realização de uma guerrilha rural com seus três destacamentos (A, B e C) no Sul do Pará. A tese preliminar era de mobilizar não só os militantes comunistas, mas também os camponeses locais, iniciando um percurso que envolveria tanto campo quanto cidade. O resultado almejado - e não alcançado - seria a plena realização de uma guerra popular prolongada que derrotasse os militares que estavam à frente do Estado desde o Golpe de 1964. Uma boa síntese é a seguinte:

Em outras palavras, no campo da estratégia, o PCdoB considerava que a luta revolucionária teria na área rural brasileira seu mais importante palco de luta, por meio de uma guerra sustentada, desde seu início, por fortes contingentes populares, especialmente camponeses (...). Desde o final de 1966, o PCdoB dedicou-se à implantação de quadros partidários na região do rio Araguaia, no Sul do Pará, escolhida como área mais adequada para o surgimento de um futuro “Exército Popular”. Com a escalada repressiva desencadeada pelo Regime Militar após o AI-5, o PCdoB acelerou o deslocamento de militantes para essa “área estratégica”, contando, para tanto, principalmente com lideranças estudantis obrigadas a viver na clandestinidade por força da perseguição policial. (...) O desfecho final dos combates foi, entretanto, claramente favorável às tropas governamentais, do ponto de vista militar, resultando mortos mais de 50 militantes do PCdoB, após cruel repressão que se abateu sobre a população de toda a região (ARQUIDIOCESE, 1987, p. 98-99).

Como escreve Campos Filho (2012), os “paulistas” se adaptaram às condições de vida locais. Os guerrilheiros usavam disfarces, pois estavam na

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

clandestinidade. José Genoino, ex-guerrilheiro e ex-deputado federal, uma das únicas referências ainda vivas para contar sobre o que foi a Guerrilha do Araguaia, afirmou, em entrevista recente, que “a gente [militantes do PCdoB] adotou um princípio de ‘viver na região como peixe na água’” (ANDRADE, 2022, p. 345). Maciel (2014) acompanha o raciocínio: a chegada das Forças Armadas em 1972 se chocou com anos de contato entre os “paulistas” - jovens de centros urbanos e/ou universitários que estabeleceram relações de solidariedade por meio de mutirões, troca de dias de trabalho na roça, frequência em celebrações religiosas e ajuda mútua - e os camponeses. Os membros do PCdoB estavam na região desde meados de 1966: são seis anos de contato diário. Para justificar os assassinatos, o Exército, a Aeronáutica e a Marinha propagaram uma narrativa de que aqueles indivíduos, com os quais os posseiros estabeleceram amizades, seriam terroristas.

Para exemplificar, Campos Filho (2014) disserta que a Terceira Campanha (última empregada pelo aparato estatal para não deixar sobreviventes, antes da Operação Limpeza, de 1975, cuja finalidade seria a ocultação de cadáveres), de 1974, foi a mais violenta. José Genoino, após ser preso e torturado pelo envolvimento com a luta armada, expôs, em 1975, sua *Carta de autodefesa apresentada no julgamento da guerrilha*, na qual denuncia como as manobras anti-guerrilheiras afetaram, também, os pequenos agricultores locais. O impacto da repressão foi tamanho que

A guerra espalhava-se, voltada principalmente contra os trabalhadores residentes nos pequenos povoados e no interior da mata; as cidades à margem do rio Araguaia estavam ocupadas militarmente e predominava a arrogância militar; casas e roças dos moradores eram queimadas; helicópteros com metralhadoras ponto 50 metralhavam casas, roças e regiões da mata; em algumas regiões metralhavam com Napalm e o lança-chamas era usado comumente. Lanchas com metralhadoras encontravam-se bloqueadas; todos os veículos eram revistados e seus ocupantes sofriam toda sorte de vexames, insultos, ameaças e até a prisão. As prefeituras municipais são ocupadas por Oficiais do Exército, lugarejos e vilas são transformados em campos de guerra e exige-se salvo-conduto fornecido pelo Exército para quem vive na mata ou lá se movimenta (GENOINO, 2007, p. 467).

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

Com base nesses efeitos, depois de 1974, com o aprofundamento dos conflitos fundiários nos estados de Pará, Maranhão e Tocantins, a palavra-chave passa a ser “medo”, que, para Figueiredo (2022), como a justiça de transição foi falha no Brasil, se mantém até a atualidade. Os dias de terror não foram esquecidos. De acordo com Bernardi (2017, p. 49-50), se ao menos 70 pessoas perderam suas vidas (incluindo tanto guerrilheiros quanto camponeses que se associaram à guerrilha) pelas três campanhas militares na região em questão, somente foram localizados os restos mortais de dois guerrilheiros “em um dos episódios mais sanguinolentos e abusivos da ditadura”. Bernardi (2017) e Teles e Quinalha (2020) defendem a tese de que a transição brasileira pós-1985, com a abertura do regime, foi marcada pelos signos de amnésia e de esquecimento, com a autoanistia (FIGUEIREDO, 2022) dos militares. Assim, muitas marcas não se apagaram - e muitas reparações não foram aplicadas. O silêncio permanece em muitos pontos do território nacional, sendo que, no caso aqui exposto, o receio sobre a Guerrilha do Araguaia é grande, mas, devido à defesa do “homem do interior” (ULDP, 2002, p. 56), a lembrança sobre o massacre é combustível para a mobilização popular, principalmente com o avanço do chamado agronegócio.

Após essa breve apresentação da repressão realizada contra a Guerrilha do Araguaia e contra os posseiros da divisa Pará-Maranhão-Tocantins na década de 1970 e nos anos finais do século XX, vê-se o porquê de pensar nas influências de tal processo no presente, essencialmente no que concerne ao sindicalismo rural da região. Dessa forma, o artigo se estrutura, além da Introdução, em quatro outras seções: 1) Metodologia, que explica, em linhas gerais, todo o estudo relativo a essa pesquisa; 2) O legado da Guerrilha do Araguaia diante do avanço do agronegócio, que mostra como o que ocorreu no passado interfere no presente; 3) O caso específico da materialidade 50 BIS, ápice da leitura espacial referente ao conflito por focar em uma forma-conteúdo que aterroriza a memória coletiva justamente pelos resquícios da Ditadura Militar; e 4) Considerações finais, retomada rápida de todos os tópicos abordados no texto.

## 2. Metodologia

Para estabelecer diálogos entre os efeitos da repressão à Guerrilha do Araguaia e o renascimento do movimento sindical rural combativo no Pará, Maranhão e Tocantins, teoria e prática se articularam. Pensando na questão teórica e no aprofundamento ao conflito de 1972 a 1974, realizou-se, essencialmente, revisão bibliográfica a partir da leitura de livros, artigos científicos, jornais e documentos de época, dissertações de mestrado e teses de doutorado, sendo que a interpretação a partir da Geografia foi buscada em todo o processo. Cartas e depoimentos de ex-guerrilheiros, afetados e torturados pela Ditadura Militar foram levantados para ir além de fontes oficiais que silenciam, como concordam Campos Filho (2012, 2014), Maciel (2014), Bernardi (2017), Luiz, Reis e Silva (2018), Teles e Quinalha (2020), Reis, Marcos e Moreira (2021) e Figueiredo (2022), sobre os assassinatos no Sul do Pará, Oeste do Maranhão e então Norte de Goiás, área de estudo e de influência da guerrilha.

Somando-se a isso, projetos de reconhecido valor no que tange à preservação da memória, a exemplo do Projeto Brasil: Nunca Mais (ARQUIDIOCESE, 1987) e da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014a, 2014b), foram consultados. Ainda que existam limitações relacionadas à Comissão Nacional da Verdade, não se pode diminuí-la, posto que, mesmo sem punição aos torturadores, exerceu uma função de desvelar fatos deixados para trás. O relatório final da Comissão da Verdade, inclusive, tem um capítulo exclusivamente dedicado ao episódio da Guerrilha do Araguaia. Outrossim, para análise quantitativa dos conflitos fundiários e assassinatos no campo, foram visitados os anuários da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 1985 a 2019, permitindo um recorte temporal por décadas. Os *Cadernos de Conflitos no Campo* (CPT, 1985-2019 apud NÓBREGA, 2020) explicitaram, por conseguinte, uma triste realidade: Pará, Maranhão e Tocantins (PAMATO) concentram 26,99% dos conflitos fundiários no Brasil e 45,25% dos assassinatos no campo nesse período.

Entretanto, somente a bibliografia (teoria) é insuficiente, pois, como afirma Suertegaray (2002, p. 66), “ir ao campo (mundo) é necessário” para engajamento com o próprio objeto de investigação. Mesmo não sendo exclusiva



ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

à Geografia, a pesquisa de campo, complementa a autora, é um instrumento de análise fundamental para o método de investigação. Na mesma linha, Alentejano e Rocha-Leão (2017, p. 56) defendem que o trabalho de campo é um “momento de articulação teoria-prática”, ainda mais considerando, como pontuam Alves (1997) e Elias (1999), que a Geografia tem uma marca empirista. A *empíria* faz parte da ciência geográfica e o trabalho de campo passa a ser uma ferramenta geográfica/do geógrafo (ALVES, 1997; ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2017). Para trazer mais contribuições a esse debate, Serpa (2017) também defende a importância do trabalho de campo na Geografia, algo por ele caracterizado como base da pesquisa e da produção do conhecimento geográfico.

Como se percebe a partir dos autores anteriormente mencionados e de Valverde (1964), Kayser (2017) e Lacoste (2017), o trabalho de campo não é um fim, mas um meio, isto é, não basta por si só, mas serve como base para desdobramentos posteriores do estudo. Valverde (1964, p. 28), por exemplo, cita que o geógrafo se distingue por “ver, que significa olhar, associado ao ato inteligente de refletir; observar, enfim”. Com isso em mente, realizou-se uma pesquisa de campo em fevereiro de 2023, com o arsenal teórico já munido anteriormente pelas bibliografias. A “sede” dessa saída para campo foi Imperatriz (MA), mas municípios próximos também foram visitados. Passou-se pelos estados de Maranhão e Tocantins, seguindo um olhar perscrutador que questionava as influências da Guerrilha do Araguaia.

Para isso, além dos registros fotográficos, foram empregadas, entre o final de 2022 e o início de 2023, entrevistas semiestruturadas com doze lideranças locais e/ou indivíduos que tomaram contato com ex-guerrilheiros no passado. Os entrevistados são do Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Imperatriz (MA), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, do Instituto Makarapy, da Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins ou da Comissão Pastoral da Terra, além de docentes da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Vale evidenciar que, em todas as

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

entrevistas, algo comum foi o reconhecimento da importância do legado da Guerrilha do Araguaia para a organização dos trabalhadores rurais e dos camponeses em sua luta no Bico do Papagaio<sup>1</sup>. Ainda que com níveis distintos de influência, nenhum entrevistado negou o quanto os “paulistas” são lembrados na região. Como resultado de várias entrevistas aplicadas, a materialidade 50 BIS (50º Batalhão de Infantaria de Selva) salientou-se e é minuciosamente detalhada na penúltima seção deste artigo.

### 3. O legado da Guerrilha do Araguaia diante do avanço do agronegócio

Um problema histórico necessita ser destacado. Valverde (1985) identifica a concentração fundiária no Brasil, problema agrário que tem suas raízes no período colonial. Prado Júnior (2000, p. 3) acompanha o autor e nota que o passado, conseqüentemente, “aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir”. Predomina, no território nacional, uma estrutura fundiária que é caracterizada por poucas pessoas que concentram vastas extensões de terras. São os latifundiários, alvo de críticas dos guerrilheiros (ULDP, 2002). Assim, a gênese da Guerrilha do Araguaia já se aproximava dos posseiros da Pré-Amazônia, ameaçados pelo avanço de megaprojetos e de migrações orientadas com *slogans* como “integrar para não entregar” (SOUSA, 2023, p. 16) e “homens sem terras para uma terra sem homens” (CAMPOS FILHO, 2014, p. 29). A chegada desses novos agentes, aliás, se deu no momento de ocupação estratégica da Amazônia, que contou, conforme Becker (2009), com a transposição da tensão fundiária do interior nordestino - com alta concentração de terras - para novas áreas da fronteira agrícola. Os militares pensavam em uma colonização com frentes de trabalho oriundas predominantemente de maranhenses e piauienses sem-terra, expulsos pelos grandes fazendeiros.

A guerra que veio depois, referência de Campos Filho (2014) para a continuidade de conflitos fundiários pós-1975 no PAMATO, existe pela

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes, consultar Andrade e Alves (2024). Os autores apresentam, por meio de documentos oficiais veiculados em encontros do MST no Maranhão, como os camponeses ainda rememoram a Guerrilha do Araguaia.

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

convergência de interesses concomitantemente à tentativa de implantação de uma guerrilha rural por parte da militância pecebobista. Como mencionado anteriormente, houve um contato profundo entre os camponeses e os comunistas que viviam segundo uma exigência de discrição na clandestinidade. Sobre isso, Figueiredo (2022, p. 13), ao identificar o apoio sistemático da população para com os guerrilheiros, diz que “era imperioso viver e sofrer como camponês, almejando o apoio efetivo e a identificação da população, politizando-os *pari passu* no curso do embate a ser empreendido”. Mesmo com o aniquilamento físico final, os “paulistas” se associaram à população local em suas instâncias mais carentes (como saúde e educação). Guerrilheiros, na clandestinidade, exerceram papéis de enfermeiras, parteiras e médicos, a exemplo de João Carlos Haas Sobrinho. A solidariedade aí se construía em uma região que, para José Genoino (ANDRADE, 2022), representava um vazio da ação estatal, que somente se fez presente com a implantação de obras faraônicas tal qual a Rodovia Transamazônica (BR-230).

Para Maciel (2014), a chegada e o desenvolvimento da luta armada tiveram expressiva participação da massa camponesa de um jeito singular. Embora, de acordo com Campos Filho (2012, 2014), os guerrilheiros tenham sido interrompidos antes da realização do trabalho político *per se*, Maciel (2014) defende que a relação cotidiana, guardadas as devidas proporções, também foi um exercício de politização através de pequenas críticas à Ditadura Militar. O constante terror para a população campesina, consolidada pós-abril de 1972 com as campanhas militares, silenciou as vítimas pela tortura pública e pelo caráter bélico do conflito, mas o contato diário com os jovens clandestinos também proporcionou e incentivou lutas pela reforma agrária. Em uma região de faixa de transição, zona “entre as áreas nucleares dos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos de maior expressão regional” (AB’SABER, 2003, p. 23), do Cerrado para a Amazônia, uma semente de ideal foi plantada.

Conforme emprego de entrevistas semiestruturadas no Maranhão, constatou-se como a Guerrilha do Araguaia ainda é fonte de inspiração para quebradeiras de coco babaçu, sem-terra, sindicalistas, defensores dos direitos

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

humanos, pequenos agricultores e outros que pontuam a necessidade de “terra para trabalhar e título de propriedade de (...) posse” (ULDP, 2002, p. 61), algo explícito nas defesas de reforma dos guerrilheiros. Para se ter ideia da mobilidade dos militantes do PCdoB no final da década de 1960 e início da década de 1970, lê-se:

O destacamento A atuava ao longo da Transamazônica, particularmente nas regiões de Faveiro, Fazenda São José, São João do Araguaia e Metade; o destacamento B atuava a nordeste da serra das Andorinhas, no chamado vale do rio Gameleira, enquadrando as bases guerrilheiras de Gameleira e Couro das Antas; o destacamento C atuava a sudoeste da serra das Andorinhas, enquadrando as bases guerrilheiras de Pau Preto, Abóbora e Esperancinha. Segundo documento da Marinha de 1972, o deslocamento dos guerrilheiros pela mata era constante e os grupos não permaneciam presos a suas bases locais (BRASIL, 2014a, p. 685).

Trazendo o legado da guerrilha para a atualidade, nota-se, a partir da revisão bibliográfica e do emprego de entrevistas semiestruturadas, que o enfrentamento direto é em relação ao agronegócio. Isso ocorre pela não realização de reforma agrária plena no país, posto que, como identificam Alves et al. (2018) acerca das ameaças do agronegócio, o Estado brasileiro funciona como guardião do latifúndio e dos interesses econômicos e políticos dos grandes representantes da monocultura agroexportadora, evidente, na região, nas culturas da soja e do eucalipto. Ainda que a noção de latifúndio seja anterior à noção de agronegócio, que é construída, em concordância com Pompeia (2021), no século XX, as grandes propriedades se relacionam ao *agribusiness*: não existe agronegócio sem grandes propriedades.

Notabilizando como o latifúndio evoluiu para o agronegócio, um pilar é reconhecer a “cara latifundista” (OLIVEIRA, 2005, p. 53) do Estado brasileiro. Os grandes proprietários estão há muito tempo se apossando da estrutura pública. Para Paulino (2012, p. 17-18), “o setor ruralista (...) constrói alianças que perpetuam o acesso privilegiado ao fundo público, às expensas do campesinato que, quando muito, é contemplado com migalhas”. Em suma, os agentes podem ter mudado de nome, mas a estrutura fundiária continua concentrada. O que isso quer dizer é que os latifúndios (extensas propriedades) se mantêm com os

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

complexos agroindustriais, que continuam a drenar a produção para o exterior (ELIAS, 2021) e guardam pouco (ou nenhum) vínculo com o regime alimentar local (ALVES, 2022).

Obviamente, o crescimento em extensão das propriedades não é ilimitado e resulta em choque com pequenos agentes, o que demonstra a violência presente na fronteira agrícola (LIMA, 2019). Todavia, a despeito da força do modelo de campo proposto e implantado pelo agronegócio, existe resistência. Considerando que a especialização produtiva do *agribusiness* traz consigo desigualdades (ELIAS, 2003), os conflitos aí se gestam e os camponeses enfrentam os latifundiários, seu par contraditório (MARQUES, 2008). São modelos distintos e opostos: o campesinato enxerga a terra para além de seu conteúdo econômico, optando pela policultura que abastece, com seus excedentes, o mercado interno.

O agronegócio, ademais, é assistido pelo próprio Estado, direta ou indiretamente (ALVES et al., 2018; POMPEIA, 2021). É um modelo “especialmente seletivo, socialmente excludente, economicamente concentrador e ambientalmente e culturalmente devastador” (ELIAS, 2021, p. 6), pautado pelo produtivismo e pelas exportações para justificar uma suposta superioridade técnica, mas que agrava a exclusão social (ELIAS, 2015). Além disso, constrói, como defende Elias (2021), uma psicofera (SANTOS, 2013) - crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos - permeada por mitos. Esses mitos, por sua vez, tendem a ser rebatidos, desconstruídos e expostos por aqueles que mais sofrem com a expansão da fronteira agrícola, encontro de tempos e racionalidades diferentes. Os camponeses do Pará, Maranhão e Tocantins não deixam de denunciar - seja em sindicatos, em encontros de movimentos, em núcleos partidários ou em reuniões frequentes - as perversidades associadas ao agronegócio.

Ainda nesse meandro, nexos com o próprio Estado (ELIAS, 2021), embora este seja constantemente disputado, precisam ser desvelados. O Estado pode não corresponder a uma entidade monolítica (pois é o resultado de um embate intra e inter-classes), mas está comumente a serviço do agronegócio. Apesar das conquistas do campesinato (políticas públicas de acesso ao crédito, assistência

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

técnico-rural, desapropriação com fins de reforma agrária, etc.) passarem por ele, os camponeses têm menos força. O alinhamento do Estado com os grandes proprietários ocorre pela omissão ou pelo “não agir” (SOUSA, 2023, p. 9). Engana-se, porém, quem assume passividade por parte dos camponeses. Não há aceite sem resistência:

As camponesas e camponeses lutam por terra contra o Estado em sua face repressora e os desmandos das elites locais; contra as pressões derivadas da implantação de projetos de investimentos e de infraestrutura de grandes grupos hegemônicos, sobretudo aqueles associados a cultivos de monoculturas alienígenas, a exemplo da soja e do eucalipto. Gritam pelos excluídos, resistem como guardiãs e guardiões de suas histórias e de suas formas de vida (VIEIRA, NÓBREGA, LIMA, 2019, p. 415).

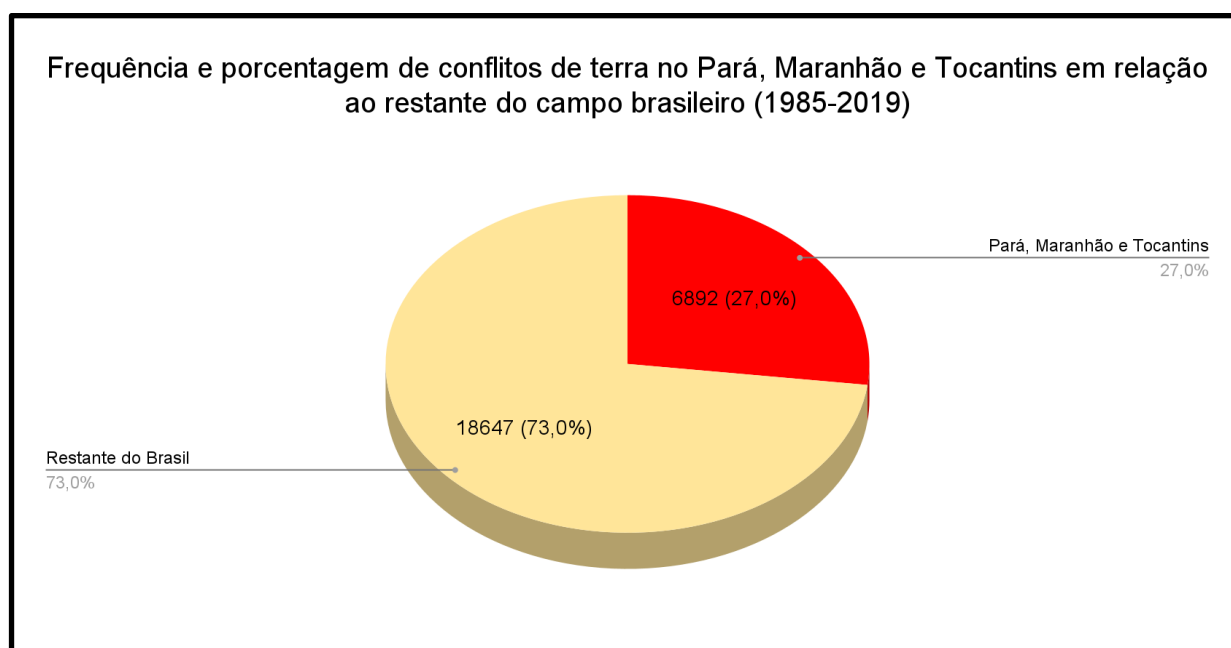
Com isso em mente, ao se tratar especificamente do Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense, não se pode esquecer das heranças e das influências da Guerrilha do Araguaia. Há, para Campos Filho (2014), a continuidade da guerra com as constantes mortes decorrentes de conflitos fundiários. Os números são significativos. O PAMATO teve 776 assassinatos no campo de 1985 a 2019, o que corresponde a quase metade (45,25%) do total nacional no mesmo período (CPT 1985-2019 apud NÓBREGA, 2020). A partir dos dados dos anuários da CPT, foi viável construir a tabela 1<sup>2</sup>, que explicita, por exemplo, o porquê da necessidade de seguir Santos (2021b) e realizar um esforço de periodização. O recorte temporal, por décadas, escancara como, mesmo depois da repressão à militância pecebista, os assassinatos se mantêm na luta pela terra. É a máxima do uso desmedido da força por parte dos agentes hegemônicos. As figuras 2 e 3 cumprem a função de comparação visual facilitada, por meio de gráficos, entre os conflitos fundiários e os assassinatos no campo no PAMATO em relação ao Brasil.

---

<sup>2</sup> Em uma pesquisa como essa, deve-se ter em mente que cada ocorrência representa uma família que perdeu um parente ou foi expulsa de suas terras. Com isso, ao numerar cada conflito fundiário ou cada assassinato como “um a mais” na tabela, perde-se a dimensão humana que deve acompanhar o pesquisador. Os dados da CPT são compilações para denúncias, reconhecendo que a violência no campo brasileiro continua com muito sangue, suor e lágrimas. Concomitantemente, a tabela demonstra a resistência camponesa pelo número de conflitos. Não é somente um viés de apagamento pelos assassinatos, pois indica que, mesmo com as vítimas fatais, os camponeses não se rendem.

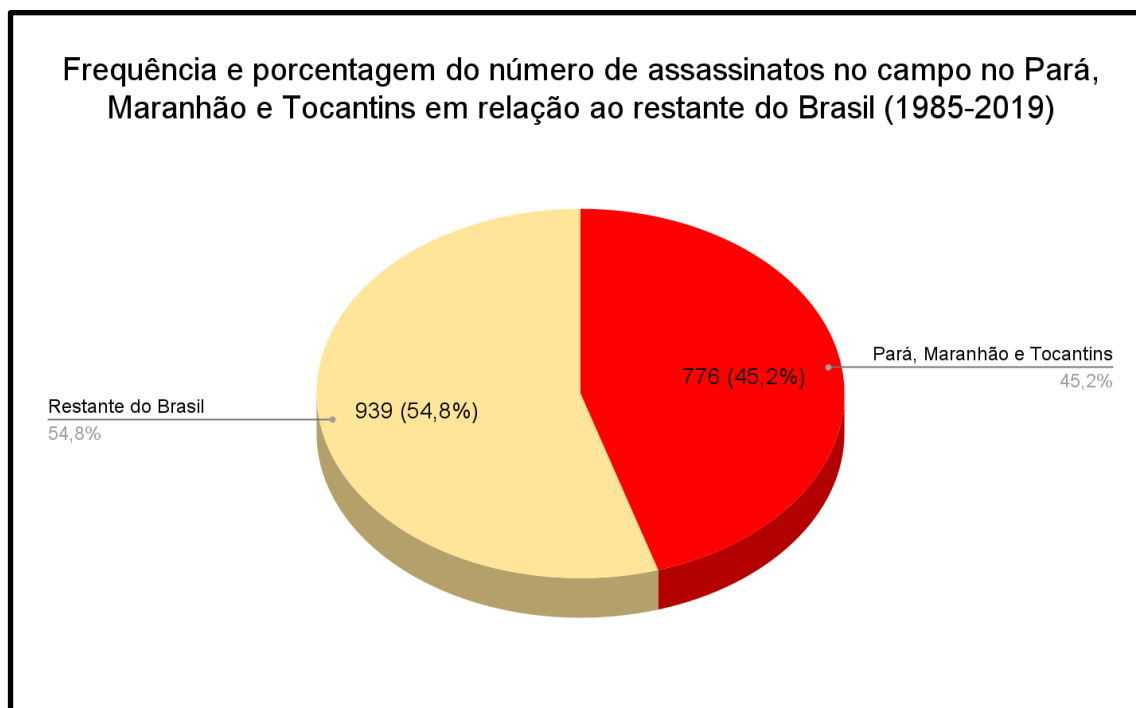
Período	Conflitos fundiários no Brasil	Conflitos fundiários no PAMATO	% de conflitos fundiários no PAMATO em relação ao Brasil	Assassinatos no campo no Brasil	Assassinatos no campo no PAMATO	% de assassinatos no campo no PAMATO em relação ao Brasil
1985-1989	3122	847	27,13	472	203	43,01
1990-1999	4378	1032	23,57	469	224	47,76
2000-2009	7148	1891	26,45	363	169	46,56
2010-2019	10891	3122	28,67	411	180	43,80
Total (1985-2019)	25539	6892	26,99	1715	776	45,25

**Tabela 1.** Frequências e porcentagens de conflitos fundiários e assassinatos no campo no Brasil e no PAMATO. Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo (CPT, 1985-2019).



**Figura 2.** Conflitos fundiários no PAMATO em relação ao restante do território nacional

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo (CPT, 1985-2019).



**Figura 3.** Número de assassinatos no campo no PAMATO em relação ao restante do território nacional

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo (CPT, 1985-2019).

Depois da Guerrilha do Araguaia, a palavra principal passa a ser, com o silêncio forçado das vítimas das movimentações dos militares (CAMPOS FILHO, 2012, 2014; FIGUEIREDO, 2022; MACIEL, 2014; NOSSA, 2012), “medo”. A vigilância permaneceu mesmo depois do extermínio. Somando-se a isso, a Ditadura Militar favoreceu os mais poderosos. A morte dos guerrilheiros e a implantação de uma atmosfera de medo foi favorável à oligarquia rural da região, armada com pistoleiros e bate-paus. Dois lados se formaram nessa continuidade da guerra no que tange à defesa da reforma agrária. Pistoleiros, latifundiários, grileiros, membros da União Democrática Ruralista, bate-paus de Major Curió - que, para Nossa (2012), constituem um verdadeiro grupo paramilitar pós-1974 -, e policiais perseguem e assassinam camponeses, posseiros, lideranças sindicais, políticos defensores da reforma agrária, padres seguidores da Teologia da Libertação e representantes legais da CPT. Para Campos Filho (2014), o primeiro lado mata e o segundo, morre.



ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

Destarte, embora, a princípio, possa parecer que a Guerrilha do Araguaia é um episódio que se restringe aos anos de 1972, 1973 e 1974 e não deixa nenhuma influência, vínculos até o presente são constatados. Não se pode tratar da Guerrilha do Araguaia como um episódio único, sem rebatimentos *a posteriori*. O elo existe e se torna nítido principalmente por meio das organizações (sindicatos e cooperativas) dos camponeses. O sindicalismo rural na região renasceu a partir do que defendiam os guerrilheiros. Além disso, a Guerrilha do Araguaia chegou a influenciar a exploração de ouro em Serra Pelada, pois o garimpo ficou sob responsabilidade de Major Curió, Sebastião Rodrigues de Moura - que também atendia ao codinome "Doutor Luchini" -, interventor federal frente à Corrida do Ouro na década de 1980 como "presente" pelo extermínio e consequente ocultação/silenciamento dos guerrilheiros (CAMPOS FILHO, 2014; NOSSA, 2012).

Muitos daqueles maranhenses e piauienses que chegaram à área de confluência dos rios Araguaia e Tocantins pelas propagandas do Regime Militar, sem acesso à terra prometida, foram mobilizados para Serra Pelada, garimpo a céu aberto. A primeira migração citada por Becker (2009) virou uma segunda migração em 1980 na busca pelo ouro conforme a possibilidade de enriquecimento rápido. "Por esse motivo, tornou-se necessário fazer essa relação entre: ocupação de terras - Serra Pelada - fim do garimpo de Serra Pelada - ampliação da disputa pela terra - crescimento da pistolagem - aumento do número de assassinatos na luta pela terra" (CAMPOS FILHO, 2014, p. 350).

Outrossim, é fundamental salientar que esse debate não existe somente teoricamente, nas ideias. A resistência camponesa é uma defesa de sua permanência. É uma disputa para ver qual projeto se materializará no espaço. Há um rebatimento espacial, considerando que o espaço geográfico, em conformidade com Santos (2008), é caracterizado também pela dinâmica e pela mudança. A metamorfose é inerente ao espaço geográfico e, por isso, agentes estão em constante jogo de forças. Nesse sentido,

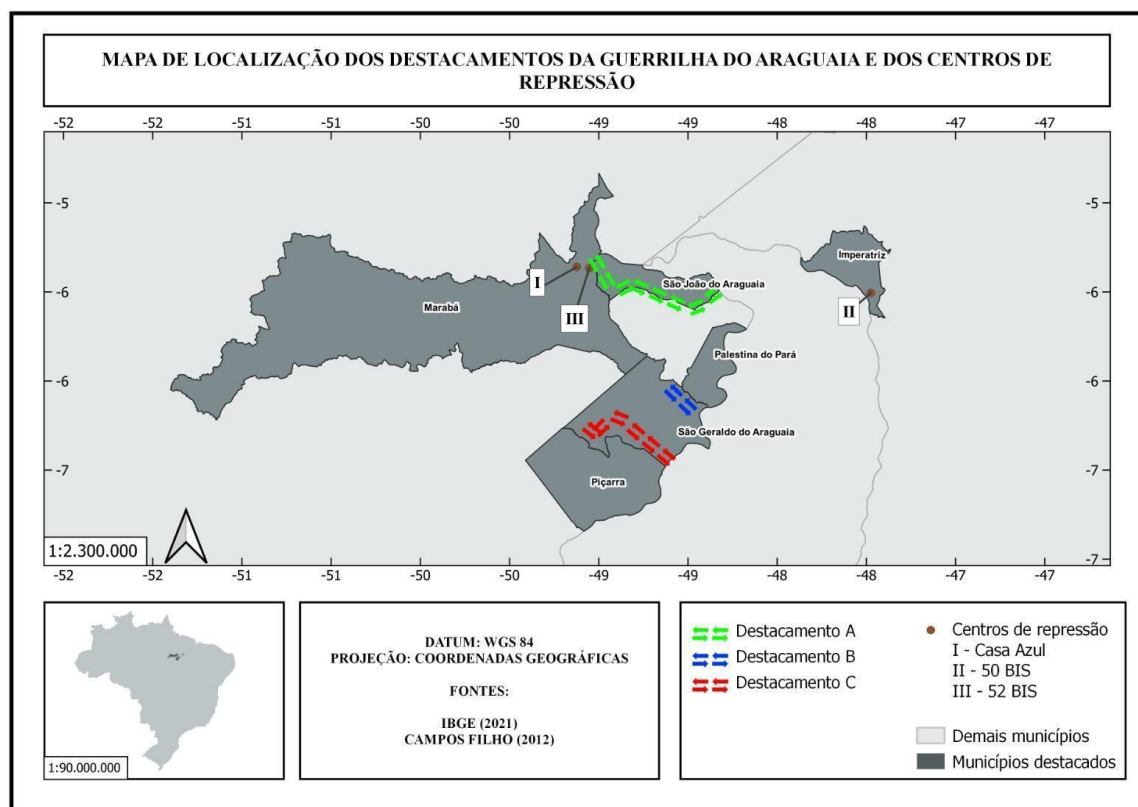
A resistência camponesa se constrói no dia a dia, nas batalhas e nas disputas por terra, na defesa de bens naturais e de territórios, na luta por melhores condições de trabalho, na permanência dos

seus ritos e das suas festas, no resguardo da terra e também na colheita de grãos e de frutos. A resistência camponesa ocorre no fazer político e cultural dos trabalhadores do campo; ela está no labor da roça e no sabor dos frutos colhidos, na partilha do pão, na crença em um mundo mais humano, fraterno e solidário e na utopia agrária da terra livre (NÓBREGA, 2020, p. 40).

Somando-se à questão da organização dos trabalhadores rurais, a repressão à guerrilha também é visível na paisagem. A resistência tende a ser calada e silenciada frente às materialidades, verdadeiras rugosidades da década de 1970, impostas e implantadas pelos militares. Em conformidade com Santos (2008), as formas não são objetos por si só, mas sim formas-conteúdo, porque carregam intencionalidades. Assim sendo, na próxima seção, desvela-se quais são essas materialidades (a partir de um exemplo prático) e quais são os agentes beneficiados pela sua manutenção no espaço geográfico, mosaico de tempos distintos.

#### **4. O caso específico da materialidade 50 BIS**

Consolidando uma visão geográfica sobre os efeitos da Guerrilha do Araguaia além do sindicalismo rural, por meio de uma leitura espacial que explicita criticamente as formas materiais que representam cristalização de tempos pretéritos na paisagem, é preciso, em conformidade com Santos (2008), considerar o espaço geográfico como uma acumulação desigual de tempos. Resquícios do passado (como forma) podem ser vistos na paisagem como rugosidades. Construções foram realizadas por parte das Forças Armadas, aliadas a Emílio Garrastazu Médici, para combater no Araguaia. Algumas dessas formas (especializadas no mapa presente na figura 4), porém, ainda se fazem presentes, como a Casa Azul, as OPs (Estradas Operacionais 1, 2 e 3), o 52º Batalhão de Infantaria de Selva (52 BIS) e o 50º Batalhão de Infantaria de Selva (50 BIS), sendo este último o exemplo do trabalho de campo, cuja visita justifica-se pelo fato de ser um centro de repressão fora do estado do Pará.



**Figura 4.** Mapa de localização dos destacamentos da Guerrilha do Araguaia e dos centros de repressão

Elaborado pelos autores.

Em uma breve nota sobre a metodologia, é plausível ressaltar como, em pesquisas de campo, é um dever não se limitar ao visível. Para Alentejano e Rocha-Leão (2017, p. 57), “trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos”. Assim, uma ponderação sobre as formas - que se articulam com outras categorias como função, processo e estrutura (SANTOS, 2008, 2014, 2020) - é essencial, sabendo que, conceitualmente, a forma nada mais é que o aspecto visível de uma coisa. As formas podem ser, como são aqui exemplificadas, estradas e batalhões. No entanto, como explica Santos (2008), a forma carrega intencionalidades. Trata-se de uma forma-conteúdo, posto que “geralmente sobrevive à sua função específica” (SANTOS, 2014, p. 199). Formas não são vazias de significado; formas carregam finalidades a serem cumpridas. Dessa maneira, ainda que não haja um

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

levantamento bibliográfico específico sobre forma-conteúdo na literatura consultada, Campos Filho (2012, 2014), Luiz, Reis e Silva (2018), Reis, Marcos e Moreira (2021) e Figueiredo (2022) convergem para um ponto: a manutenção das materialidades Casa Azul, OPs, 50 BIS e 52 BIS serve ao silenciamento dos camponeses e dos atingidos pela repressão da década de 1970.

Mesmo depois da Operação Limpeza, voltada para apagar rastros e “com o intuito de eliminar os vestígios de conflito armado e das atrocidades cometidas pelos militares na região” (REIS; MARCOS; MOREIRA, 2021, p. 185), a militarização se manteve na divisa Pará-Maranhão-Tocantins com a presença de militares descaracterizados. “O silêncio no pós-guerrilha veio acompanhado do medo” pela “permanência da sombra do terror” (MACIEL, 2014, p. 209), que conta com as formas materiais visíveis na paisagem. A não-destruição dessas construções também é um recado: é a materialização de quem venceu a guerra e é um constante rememorar do extermínio daqueles que se rebelaram. As Estradas Operacionais na beira da Rodovia Transamazônica (BR-230) - por si só já construída com um papel de controle e repressão às resistências oferecidas, sendo a Guerrilha do Araguaia o maior exemplo - foram feitas para facilitar a movimentação das tropas militares (REIS; MARCOS; MOREIRA, 2021). Se, anteriormente, havia um discurso de vazio demográfico e intocabilidade da Amazônia (BECKER, 2009), a Transamazônica, projeto autoritário dos militares, foi pensada, em tese, para possibilitar um contato entre locais distintos do território nacional, mas apenas aprofundou a repressão e as perseguições. As OPs são extensões, estradas vicinais, da Transamazônica, rodovia principal. Sobre as OPs, José Genoino declara:

Na região Sul do Pará, carro não atravessava o Araguaia. (...) Não tinha estrada no Sul do Pará. (...) Quando eles começaram a combater a guerrilha, criaram uma estrutura estatal na região (...) e cortaram o território em várias estradas. As OPs palmilharam ao cortar a região em pequenas estradas para facilitar a mobilidade e o controle. Depois, essas estradas facilitavam o contato dos grandes projetos econômicos. Essas estradas transformaram o Sul do Pará no quesito aumento de densidade populacional. As OPs foram fundamentais. Foram criadas para combater a guerrilha (ANDRADE, 2022, p. 350).

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

Além das OPs, a Casa Azul também ganha destaque, mas por ter sido um “centro clandestino de tortura” (BRASIL, 2014a, p. 694). Em conformidade com Campos Filho (2012) e Figueiredo (2022), a Casa Azul, onde funcionava um órgão da então ditadura, serviu como prisão ilegal. Lá, os presos políticos passavam por excruciantes sessões de tortura:

Oficialmente, a Casa Azul era a sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), órgão fundamental no contexto de construção da Transamazônica, rodovia que representava a espinha dorsal para o Plano de Integração Nacional (PIN) de 1970. Atualmente, as instalações, que margeiam a referida rodovia, em Marabá-PA, são ocupadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e ainda se mantêm de pé alguns dos espaços que foram utilizadas pelo CIE, com destaque para o prédio descrito como espaço de tortura, tanto por ex-militares que ali serviram, como por camponeses que ali estiveram presos clandestinamente (LUIZ; REIS; SILVA, 2018, p. 84).

Em 1973, dois batalhões de infantaria de selva foram fundados nas proximidades de influência da guerrilha exatamente no período que corresponde ao auge da tensão. O 52 BIS foi para o Sudeste do Pará, em Marabá (PA); o 50 BIS, visitado em trabalho de campo, para Imperatriz (MA). Desde já, um recorte pode ser feito: ainda que a localização dos destacamentos A, B e C estivesse somente no sul do estado do Pará, os centros de combate e repressão implantados pelos militares saíram para o Maranhão e o então Goiás (atual Tocantins)<sup>3</sup>. A repressão aos camponeses não ficou somente no Pará, pois a própria mobilidade dos guerrilheiros motivou as Forças Armadas a fecharem o cerco para além das proximidades dos destacamentos. No Maranhão, o 50 BIS, cuja fachada é vista nas figuras 5a, 5b e 5c, representa a materialidade-resquíio das excursões militares na região. Novamente, um adendo é necessário: não se trata somente de uma forma, mas de uma forma-conteúdo, carregada de intencionalidades e de interesses (SANTOS, 2008, 2014), que se manifestam, por exemplo, nos dizeres explícitos na figura 6. Publicamente, a implantação do 50 BIS, “sentinela do portal

---

<sup>3</sup> Figueiredo (2022), em consonância com Campos Filho (2012), menciona que o destacamento A estaria próximo a São João do Araguaia (PA); o destacamento B, entre Palestina do Pará (PA) e São Geraldo do Araguaia (PA); e o destacamento C, pouco abaixo de São Geraldo do Araguaia (PA). Como citado no corpo do texto, algumas materialidades estão no Pará (como são os casos do 52 BIS, da Casa Azul e de trechos das OPs), mas outras estão no Maranhão (como o 50 BIS) e no Tocantins (como alguns centros de detenção de presos em Xambioá).

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

da Amazônia Oriental”, vem no contexto de “proteção” e “integração” em prol, segundo a narrativa oficial da ditadura, do desenvolvimento da Amazônia (CAMPOS FILHO, 2014). A frase que estampa a entrada nada mais é que um recado claro da Doutrina de Segurança Nacional. Todavia, a interpretação não se pode ater a isso, como se constata a partir dos trechos de entrevistas adiante. A permanência do 50 BIS também responde à necessidade de silenciamento sobre os fatos decorrentes tanto das três campanhas quanto da Operação Limpeza.



Figuras 5a, 5b e 5c. Diferentes ângulos da fachada do 50 BIS

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.



Figura 6. Placa em frente ao 50 BIS, com dizeres que se associam à sua construção, em 1973

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Para aprofundar a problematização acerca de tal materialidade, chama a atenção onde se situa. O 50 BIS está em um local estratégico, que possibilita - e possibilitou, no século passado - rápida mobilização de tropas. Os militares fluíam mais facilmente pelas estradas, construídas justamente na primeira metade da década de 1970 para combater os focos guerrilheiros. Existe uma racionalidade por trás: o batalhão está, como se vê na figura 7, capturada na frente do 50 BIS, próximo à Rodovia Belém-Brasília. No trecho que passa por Imperatriz (MA), é chamada de BR-010 (Rodovia Bernardo Sayão), mas é, autenticamente, um trecho da BR-153. Taticamente, em um cenário bélico, a saída para a Rodovia Belém-Brasília é facilitada. Ademais, da Belém-Brasília, chega-se à Transamazônica e, da Transamazônica, as OPs são alcançadas. Percebe-se, portanto, qual era o caminho percorrido pelos militares do 50 BIS. A BR-010/BR-153, BR-230, OP-1, OP-2 e OP-3 conversam entre si, sendo que o 50 BIS está em uma área substancial. Mesmo sem a guerrilha, o caminho das campanhas repressivas ainda podem ser traçadas, afinal o desenho da malha viária se mantém no espaço geográfico.



**Figura 7.** BR-010 (onde há a concentração de caminhões) visível da entrada do 50 BIS

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A atmosfera de medo também permanece. A transição brasileira - com uma “abertura lenta, gradual e segura” (TELES; QUINALHA, 2020, p. 33) - foi altamente judicializada, excludente ao ignorar movimentos e organizações de familiares de desaparecidos políticos, marcada pela amnésia e pelo esquecimento e caracterizada pela impunidade com a anistia aos torturadores. Diante dessa conjuntura, esses mesmos reflexos são sentidos na divisa Pará-Maranhão-Tocantins. No exemplo imperatrizense, o 50 BIS simboliza uma ferida que é escondida à força, mas que nunca se cicatrizou, pois, até o momento, parentes clamam pela apuração dos fatos que se desenrolaram a partir de 1972. Mais uma vez, é capital mencionar que os afetados não se restringem aos guerrilheiros, mas também aos camponeses acusados de qualquer envolvimento com os “paulistas”. Para continuar a transmitir quem venceu o embate final de 1974 com a Terceira Campanha, ofensiva mais violenta contra a guerrilha, caminhões fardados e outros veículos do Exército transitam continuamente pelas avenidas



ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

e pelas rodovias nas margens do 50 BIS. Um exemplo disso reside na figura 8, que determina o momento exato do fluxo de veículos militares.



**Figura 8.** Trânsito de caminhões do Exército, saindo do 50 BIS em direção à BR-010

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Os efeitos na população são nítidos. Para demonstrar, trechos de entrevistas semiestruturadas aplicadas no trabalho de campo são de grande valia. Como se apreende a seguir, o 50 BIS é associado à repressão da década de 1970. Dizem os entrevistados:

*Foi um processo muito difícil. Era uma região ainda muito agrária. A cidade não tinha noção do que estava acontecendo. Foi trazido para Imperatriz “do nada” o 50 BIS, que começou a atuar na região. As coisas não eram tão barulhentas. Eu estou aqui desde 1978, 1979. Você não escutava barulhos, mas a gente sempre ouvia rumores da história dos terroristas. A gente não tinha muito contato direto. A cidade não tinha muita noção do que acontecia, mas foi exatamente a vinda deles [guerrilheiros do Araguaia] para a região que consolida, de certa forma, a nossa atuação política. Entre as pessoas que tinham um pouco de visão e conseguiam enxergar para além do que o Estado falava sobre aquelas movimentações de tropas e formação do 50 BIS, foram essas pessoas que trouxeram diálogo e fizeram outros se mudarem para cá,*

*particularmente o pessoal ligado à Igreja. O conflito era muito tenso. Depois que acontece a Guerrilha do Araguaia, a luta pela terra, sempre aqui na região tocantina do Pará, foi muito dura, com muitas mortes. Tem uma influência muito grande. Até hoje, entre as pessoas mais antigas da cidade, todo mundo sabe que existia o Osvaldão e que o Osvaldão foi morto por ser "terrorista". Essa é a linguagem que se usa até hoje (Fragmento da entrevista de Conceição Amorim, realizada no dia 06 de fevereiro de 2023 em Imperatriz (MA)).*

*Os militares falavam que era para proteger a Amazônia. Era o contrário. Foi o contrário. Eles vieram proteger os grandes devastadores da Amazônia. Os madeireiros, garimpeiros da madeira, foram protegidos. Eles derribam tudo. Por trás, o 50 BIS tem essa história, mas sua origem é proteger os que já tinham, não a população ou os trabalhadores. O 50 BIS foi implantado para dar força a eles [elites econômicas]. Até hoje, serve para isso (Fragmento da entrevista de Maria Querobina, realizada no dia 08 de fevereiro de 2023 em Imperatriz (MA)).*

*Me parece (...) que o 50 BIS foi instalado aqui justamente para combater e controlar os focos [guerrilheiros], não só o da Guerrilha do Araguaia. Muitos focos estavam surgindo. Inclusive, eu não sei se permanece até hoje, mas há pouco tempo, os treinamentos de selva eram feitos ali no Bico do Papagaio. Treinamento para combater guerrilha (Fragmento da entrevista de João Paulo Maciel, realizada no dia 11 de fevereiro de 2023 em Imperatriz (MA)).*

Pensar nas materialidades como formas-conteúdo remete a uma ponderação crítica acerca dos resquícios históricos que ultrapassam o ano de 1974. As rugosidades cristalizam o que já passou e, reiteradamente, a periodização de Santos (2021b) se manifesta, pois indica o que permanece e o que muda. A partir tanto da revisão bibliográfica quanto dos depoimentos, reconhece-se um trauma coletivo resultado do silenciamento geral e generalizado, autoritariamente aplicado pelos militares. O pós-guerrilha é permeado pelo medo. As formas materiais citadas são marcas do massacre a um grupo comunista que, diante da clandestinidade e da perseguição política, encontrou como via a tentativa de implantação da guerra popular prolongada. As BRs, as OPs e os batalhões de infantaria de selva, assim como a Casa Azul, prisão e centro de torturas clandestino, delimitam a continuidade da guerra, sinalizada por Campos Filho (2014).

Inserindo os dados no debate, considerando os assentamentos e a população rural, vê-se a continuidade da luta pela terra na região, feito o recorte por décadas defendido por Nóbrega (2020). Segundo a CPT (1985-2023), do primeiro ao seu último anuário disponível, Pará, Maranhão e Tocantins

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

concentraram, respectivamente entre 1) 1985 e 1989, 2) 1990 e 1999, 3) 2000 e 2009, 4) 2010 a 2019 e 5) 2020 a 2023, 1) 27,13%, 2) 23,57%, 3) 26,45%, 4) 28,67% e 5) 27,58% dos conflitos por terra no Brasil. Ainda na mesma divisão temporal, os estados corresponderam a 1) 43,01%, 2) 47,76%, 3) 46,56%, 4) 43,80% e 5) 33,73% dos assassinatos no campo no território brasileiro. Na recente década (depois de 2020), 1629 conflitos fundiários resultaram em 56 vítimas fatais no PAMATO. O campesinato não se deixa abater.

Indo de encontro com um rol de trabalhos publicados sobre o tema (CAMPOS FILHO, 2012, 2014; MACIEL, 2014; TELES, 2014; ANDRADE, 2023; ANDRADE; ALVES, 2024), a Guerrilha do Araguaia foi exterminada, mas é fonte de inspiração no que concerne à luta dos camponeses do PAMATO. Devido a uma construção histórica específica e significativa, mesmo frente a um uso desmedido da força por parte dos agentes hegemônicos e a um alarmante índice de letalidade pelos conflitos por terra, o campesinato não assume um papel passivo e resiste às mudanças e às expulsões.

## 5. Considerações finais

Com base na discussão realizada, entende-se que, para a Geografia, a Guerrilha do Araguaia não pode ser vista como um evento isolado. Sua leitura espacial deve, inerentemente, considerar seu legado. Os guerrilheiros chegaram no Sul do Pará a partir do ano de 1966 e por lá lutaram contra as Forças Armadas de 1972 a 1974. Contudo, suas influências extrapolam a década de 1970. A Guerrilha do Araguaia inspira o sindicalismo rural não só no estado do Pará, mas também no Maranhão e no Tocantins. Com o fim de um conflito desproporcional que foi, na realidade, uma guerra suja com a finalidade de não deixar sobreviventes e censurar pensamentos divergentes e críticos ao Golpe de 1964, nem tudo foi esquecido. Devido à quase meia década de contato com os “paulistas”, os camponeses locais nutriram relações de solidariedade e, em determinada medida, incorporaram bandeiras de luta e defesas.

Após a Terceira Campanha, a mais violenta de todas, a militarização da questão agrária se fortaleceu. A Guerrilha do Araguaia expôs a desigual

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

distribuição de terras, que traz, como consequência, a concentração de ganhos sob domínio de uma elite oligárquica rural. Os conflitos fundiários se aprofundaram. Centenas foram vitimadas pelo choque entre aqueles posseiros, já instalados na região, que defendiam a reforma agrária, e os agentes hegemônicos, privilegiados pelo monopólio da violência ao seu lado. Acima de tudo, como pontuam Alves et al. (2018), Lima (2019), Vieira, Nóbrega e Lima (2019) e Nóbrega (2020), o Estado é guardião do latifúndio - e, por consequência, as lutas são desequilibradas, desproporcionais e injustas. Partindo dessa lógica, um lado mais fraco fica sujeito à violência dos jagunços e pistoleiros que seguem as ordens dos proprietários rurais.

A despeito de tal fenômeno, o acirramento do conflito é acompanhado pelo fortalecimento do sindicalismo rural frente aos latifundiários, à grilagem de terras e ao avanço do agronegócio. Não há saída fácil dos camponeses de suas terras. Há mobilização quando as contradições se manifestam. Nessa linha, a Guerrilha do Araguaia se faz presente, posto que, com advocação implícita ou explícita do legado dos guerrilheiros, influencia a reorganização de movimentos em prol de interesses comuns e reflete a mutabilidade do espaço geográfico, o qual não permaneceu idêntico desde os anos 1970. Em mais um trecho de entrevista, lê-se:

*Se tu pegar assim, o legado da guerrilha é que ela traz essa luz para esses camponeses e para essas organizações quando vem a Teologia da Libertação, que se aproxima da realidade camponesa. Isso é um legado, ao dizer que precisamos estar próximos. É um legado histórico, também, dessa Igreja comprometida, próxima. (...) O cerne está nos camponeses: um vai alimentando o outro e contribuindo para esse legado. O legado histórico é que também deixamos muitas organizações, muitos camponeses conscientes. (...) Os inimigos estão aí, camuflados, próximos da gente. Não é mais o pistoleiro, com um 38. É o agronegócio, é o modelo de "desenvolvimento" presente (Fragmento da entrevista de João Palmeirinha, realizada no dia 11 de fevereiro de 2023 em Imperatriz (MA)).*

Por último, é fundamental reforçar a noção da periodização. Como possibilidade de recorte de um antes, durante e depois, ou ainda, diferenciação de regime e de ruptura, é uma via de entendimento das mudanças espaciais

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

segundo o andamento do tempo histórico. Metamorfoses ocorrem. Com isso, através das influências teóricas e da permanência de materialidades (formas-conteúdo), periodizar propicia e viabiliza uma compreensão acerca de como a Guerrilha do Araguaia marca um momento de ruptura, sinal de crise e de passagem a um outro período, na divisa Pará-Maranhão-Tocantins.

**Financiamento:** Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por meio do Processo nº 2022/05174-6.

**Agradecimentos:** Agradecemos a Rafael Vidotte Mativi pelo auxílio na confecção dos mapas e produtos cartográficos utilizados neste artigo.

## 6. Referências Bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 160 p.

ALENTEJANO, Paulo; ROCHA-LEÃO, Otávio. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 51-68, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/727>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Agronegócio, apropriação dos recursos naturais e avanço dos impactos socioambientais nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil (Matopiba). In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Do Sertão à Fronteira Agrícola: o espaço geográfico brasileiro em transformação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 279-312.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Trabalho de campo: uma ferramenta do geógrafo. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, v. 1, n. 2, p. 85-89, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.1997.123246>. Acesso em: 07 jul. 2023.

ALVES, Vicente Eudes Lemos; LIMA, Débora Assumpção e; NÓBREGA, Mariana Leal Conceição; KLUCK, Erick Gabriel Jones. O avanço da violência contra as comunidades agroextrativistas camponesas no espaço regional do MATOPIBA e Pré-Amazônia. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 549-576, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41330>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

ANDRADE, Vinícius Carluccio de. As lutas camponesas influenciadas pela Guerrilha do Araguaia no Pará, Maranhão e Tocantins. **Revista Mutirão (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul)**, v. 4, n. 3, p. 38-61, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2675-3472.2023.261531>. Acesso em: 07 set. 2024.

ANDRADE, Vinícius Carluccio de. Entrevista: José Genoíno. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 2, p. 339-359, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.54446/bcg.v12i2.2848>. Acesso em: 07 jul. 2023.

ANDRADE, Vinícius Carluccio de; ALVES, Vicente Eudes Lemos. 50 anos da Terceira Campanha (1974-2024): o extermínio da Guerrilha do Araguaia e a contraposição ao silenciamento forçado. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. especial, p. 535-551, ago. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v49ied.especial.78502>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 312 p.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 172 p.

BERNARDI, Bruno Boti. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o caso da guerrilha do Araguaia: impactos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 22, p. 49-92, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220172202>. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade (v. 1)**. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade (v. 2)**. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf). Acesso em: 15 jul. 2023.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra - a luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)**. 1 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com a Editora Anita Garibaldi, 2014. 420 p.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. 344 p.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, v. 25, n. 2, p. 1-18, ago. 2021. Disponível em:

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182640>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto - SP**. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 400 p.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 25-44.

ELIAS, Denise. Trabalho de campo: notas teórico-metodológicas. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, v. 3, n. 1, p. 97-108, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123352>. Acesso em: 07 jul. 2023.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. Os 50 anos da Guerrilha do Araguaia e os reflexos da luta política. **Escritas do Tempo**, v. 4, n. 11, p. 08-29, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v4.i11.2022.0829>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GENOINO, José. Carta de autodefesa apresentada no julgamento da guerrilha. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro (org.). **José Genoino: escolhas políticas**. 1 ed. São Paulo: Centauro, 2007. p. 451-474.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/730>. Acesso em: 07 jul. 2023.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/729>. Acesso em: 07 jul. 2023.

LIMA, Débora Assumpção e. **Terra, trabalho e acumulação: o avanço da soja na região Matopiba**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2019. 293 p.

LUIZ, Janailson Macêdo; REIS, Naurinete Fernandes Inácio; SILVA, Idelma Santiago da. A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. **Saeculum - Revista de História**, n. 39, p. 83-102, Dossiê - As Ditaduras Militares no Brasil e no Cone Sul: história, historiografia e memória, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2018v39n39.41123>. Acesso em: 16 jul. 2023.

Revista Espaço & Geografia, v. 27, 2024. <https://doi.org/10.26512/2236-56562024e50114>  
<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/index>

MACIEL, João Paulo. **Guerrilha no Araguaia-Tocantins**. Imperatriz: Ética, 2014. 274 p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito do camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i12.1399>. Acesso em: 08 set. 2024.

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Geografias das resistências: batalhas camponesas do século XXI nas Regiões do Bico do Papagaio e Cerrados Sul Maranhenses**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2020. 223 p.

NOSSA, Leonencio. **Mata!:** o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 443 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2005. 128 p.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974. 163 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 428 p.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2021. 392 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. 408 p.

REIS, Naurinete Fernandes Inácio; MARCOS, Valeria de; MOREIRA, Edma Silva. Transamazônica, Guerrilha do Araguaia e luta pela terra: a ocupação territorial no Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 34, n. 55, p. 175-189, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22562/2021.55.12>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 392 p.

SANTOS, Milton. A Totalidade do Diabo: Como as Formas Geográficas Difundem o Capital e Mudam as Estruturas Sociais. In: SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 187-202.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. 120 p.



ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021b. 136 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021a. 288 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 176 p.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 7-24, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/725>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SOUSA, Francisco Octávio Bittencourt de. Para além de grilos na gaveta: uma definição contemporânea de grilagem. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 26, n. 65, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v26i65.8776>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13423>. Acesso em: 16 jul. 2023.

TELES, Edson; QUINALHA, Renan. O alcance e os limites do discurso da “justiça de transição” no Brasil. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (org.). **Espectros da ditadura**: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 15-58.

TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **História Unisinos**, v. 18, n. 3, p. 464-480, set./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.183.03/4371>. Acesso em: 05 set. 2024.

ULDP. Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. In: AMAZONAS, João; ANTERO, Luiz Carlos; SILVA, Eumano (org.). **Uma epopeia pela liberdade**: Guerrilha do Araguaia - 30 anos. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. p. 56-65.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. 268 p.

VALVERDE, Orlando. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. 395 p.

ANDRADE, V. C.; ALVES, V. E. L.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; LIMA, Débora Assumpção e. Dona Francisca: Entre Cabaças, Caminhos de Luta e Sementes de Resistência. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6276>. Acesso em: 15 jul. 2023.